

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL: O CASO DA AMAZÔNIA*

*José Marcelino M. da Costa***

1 – O desempenho recente da indústria regional

A partir da segunda metade da década de 1960, a economia do Norte foi, paulatinamente, deixando de ser periférica neutra para se converter em periférica ativa, processo que se desenrolou em perfeita e concomitante consonância com o condicionante endógeno intra-regional básico de crescimento econômico (fronteira de recursos naturais) e com a racionalidade dominante da lógica do desenvolvimento capitalista brasileiro.

No bojo da dinâmica desse processo, destacou-se o Setor Secundário regional.

A participação relativa do setor industrial no PIB a custo de fatores da Região Norte (Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas e Acre), que era de 14,7% em 1970, passou, subseqüentemente, para 19,00% em 1975 e 37,2% em 1980.

A variação percentual do crescimento real do produto industrial regional, na década de 70, foi de 826,28%.

A taxa geométrica anual de crescimento real da atividade industrial na Amazônia clássica foi, ao longo da década passada, de 24,93%, enquanto as taxas anuais de incremento concernentes aos quinquênios dessa década foram de 17,09% (1970-75) e 33,29% (1975-80).

Em contrapartida, a taxa geométrica de crescimento macrorregional registrada na década sob análise foi de 13,85%, ao mesmo tempo em que o setor agropecuário evoluiu a uma taxa de 9,67%, e o Setor Serviços, a uma de 10,68%.

Por seu turno, no início da presente década, Amazonas e Pará eram as unidades federativas com participação majoritária no produto industrial regional, detendo 48,0% e 42,0% respectivamente.

Posto tudo isso, é de bom alvitre tecer duas observações de natureza acautelatória sobre o recente desempenho do setor industrial na Amazônia.

* O presente trabalho destinou-se ao Seminário Panorama Econômico – 88/89: Avaliação da Industrialização Brasileira Vista de Uma Perspectiva Regional, realizado em Recife (Pernambuco), em julho de 1989, objetivando servir de subsídio à análise do caso específico da região amazônica.

** Professor do Departamento de Economia Geral da Universidade Federal do Pará.

A ocorrência das comparativamente espetaculares taxas setoriais de expansão econômica registradas pode ser explicada tanto pelo relativo porte mirrado quanto pela natureza ainda incipiente e desarticulada da estrutura produtiva da economia nortista. A sucessiva implantação de grandes projetos resultou, pois, em saltos temporalmente descontínuos da capacidade produtiva regional, com o produto setorial ascendendo consecutivamente a patamares cada vez mais elevados.

Mesmo após haver quase triplicado na década anterior, ou seja, passado de 1,07% para 3,0%, a participação do Norte no produto industrial brasileiro ainda se mantinha modestíssima em 1980.

Os dados quantitativos macroeconômicos desafortunadamente só se encontram disponíveis até 1980.

O acompanhamento, todavia, do que ocorreu ao longo da presente década, especialmente na Amazônia Oriental, induz à suspeita da continuidade do processo de crescimento e diversificação da atividade industrial regional, mesmo convivendo com recorrentes fases conjunturais negativas, que fustigaram a economia brasileira, e com as respectivas conseqüências adversas que soem percutir nas regiões menos industrializadas.

A sustentação do nível da atividade econômica em certas áreas e segmentos produtivos regionais respaldou-se: no prosseguimento da implantação dos grandes projetos de impacto, embora alguns apresentando defasagens no cronograma de execução e outros subitamente indefinidos (ALUNORTE por exemplo); na entrada em funcionamento parcial, de forma mais ou menos simultânea, de vários desses grandes projetos (Hidrelétrica de Tucuruí, produção de ferro e manganês vinculada ao complexo minero-metalúrgico, em formação, de Carajás, produção de alumínio pela Albrás e de bauxita pela Mineração Rio do Norte, Projeto Jary, etc.); no dinamismo autônomo em relação aos grandes projetos demonstrado por várias atividades (dendê, urucu, indústria madeireira, pimenta-do-reino, pesca industrial, pecuária, ouro, indústrias de montagem e de bens intermediários em Manaus, etc.); e nas inversões governamentais, federais e estaduais, em infra-estrutura (Costa, 1988).

A análise até aqui debuxada convalida, pois, a assertiva aprioristicamente aventada de haver sido a *performance* da indústria a principal responsável pelo dinamismo que vem caracterizando o comportamento recente da economia amazônica.

2 – A indústria regional e as implicações espaciais do processo brasileiro de industrialização

Inserida no espaço econômico nacional como subsistema hierarquicamente subordinado, a economia amazônica desempenha funções compatíveis com a dinâmica da divisão inter-regional do trabalho historicamente imposta e consolidada pela industrialização brasileira e pelo talante da região mais desenvolvida.

Nesse sentido, o papel estratégico conferido ao segmento industrial regional, dentro do atual contexto da economia brasileira, tem fundamentalmente se caracte-

rizado pela especialização no suprimento de insumos básicos, produtos minero-metalúrgicos, energéticos, eletro-eletrônicos e metal-mecânicos, bem como geração de divisas via exportações, preponderantemente de semi-elaborados, destinadas ao mercado internacional.

A moldagem paulatina desse perfil de especialização debuxado parece, em grande parte, dever-se aos efeitos espaciais de estímulo e de retrocesso que o processo brasileiro de industrialização geograficamente concentrado no Sudeste tem, alterada ou concomitantemente, ao longo de sua evolução histórica, deflagrado.

Não se trata aqui de questiúncula teórica, mas de provada e comprovada constatação factual, haja vista o detectado, à saciedade, por pesquisas levadas a cabo sobre a economia regional. Os fatos têm, por conseguinte, confirmado que, se o desenvolvimento industrial do País libera, em determinado momento, efeitos indutores à implantação de novas atividades econômicas ou ampliação das existentes nas regiões menos industrializadas, a continuidade daquele processo, noutro momento histórico subsequente, pode, contraditoriamente, engendrar efeitos negativos para aquelas mesmas atividades anteriormente estimuladas na periferia.¹

Sobretudo a partir da instauração da atual fase de efetiva integração da economia amazônica à nacional, a incidência dos mencionados efeitos espaciais centrífugos e centrípetos emanados da região mais industrializada passou a percutir com maior intensidade na Amazônia. Profundas modificações começaram a se observar. Quer no atinente à forma das inter-relações econômico-espaciais entre a Amazônia e as demais regiões, mormente no que diz respeito à região de porte industrialmente mais pujante, quer no que concerne à organização do espaço econômico funcional intra-regional, quer, finalmente, no que tange à estrutura produtiva.

Intensificou-se, pois, gradativamente, a ação contraditória — de simultânea criação e destruição — de todo um intricado processo de reorganização espacial da economia regional.

Conseqüentemente, podem-se apontar como principais efeitos negativos provocados na Amazônia pelos fenômenos interconectados de abertura e/ou ocupação, conversão em fronteira de acumulação e integração físico-econômica ao sistema nacional:

- o desmoronamento do sistema tradicional de relações econômicas intra-regionais até então vigente, estiolando a manutenção de fluxos econômicos expressivos entre as várias sub-regiões;

¹ À guisa de exemplo, pinçar-se-á, dentre o vasto elenco de ocorrências disponíveis, o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da Amazônia (Costa, 1984). No auge do processo de substituição de importações, expandiu-se e consolidou-se regionalmente todo um complexo verticalmente integrado produtor de anagem. Posteriormente, em decorrência da própria manutenção do processo nacional de industrialização — maturação da indústria petroquímica — e da adoção de inovações tecnológicas no transporte e no acondicionamento de produtos agrícolas, especialmente grãos, a produção têxtil em larga escala à base de fibras vegetais regionais tornou-se descartável.

- o perecimento de atividades industriais voltadas para o mercado doméstico intra-regional, impossibilitadas, na medida em que as infra-estruturas de transporte e comunicações erigidas foram consecutivamente quebrando o secular isolamento a que várias partes da região estavam submetidas, de concorrer eficientemente com a produção extra-regional (calçados, fumo, têxtil, perfumaria, bebidas, produtos alimentares, artefatos de borracha, etc.), *pari passu* à passagem do controle de outras atividades locais para o capital oriundo da região mais desenvolvida.² Note-se que esse fenômeno não se cingiu à indústria. Bancos, comércio, produção de alimentos agrícolas, etc. foram também afetados;
- a vinculação econômica de várias das sub-regiões da Amazônia diretamente à região mais industrializada, principalmente as de maior dinamismo, criando, *et pour cause*, barreiras a uma maior integração econômica intra-regional.

Simultaneamente e em contrapartida, o mesmo processo detonou a incidência de todo um apreciável elenco de efeitos espaciais de fluência, com destaque para os seguintes:

- a economia regional exsurgiu do relativo marasmo em que se encontrava desde o melancólico ocaso do ciclo da borracha;
- subjacentemente à dinâmica imposta pela divisão inter-regional do trabalho, moldada e sedimentada pelos rebatimentos espaciais do desenvolvimento capitalista brasileiro, a capacidade produtiva da economia regional passou a apresentar incrementos de vulto, com o capital produtivo penetrando de forma mais efetiva e inusitada, mormente no que tange a empreendimentos destinados ao atendimento das demandas nacional e internacional. Dessa forma, proliferaram cometimentos para exportação de minérios, energia, produtos florestais, eletro-eletrônicos, metal-mecânicos, etc., além da expansão agropecuária e agroindustrial, bem como, embora ainda modestamente, o respectivo surgimento de atividades satélites e ancilares àqueles vinculadas (Costa, 1987);
- as externalidades engendradas pelas infra-estruturas logística e de apoio às atividades de exportação de recursos naturais, que, complementarmente, acicaram a continuidade da expansão da capacidade produtiva regional;
- a tessitura do espaço econômico funcional intra-regional tornou-se cada vez mais complexa, em decorrência não só do crescimento e diversificação da capacidade produtiva, mas também da ampliação da malha rodoviária regional, dos fluxos migratórios, do surgimento de novas cidades paralelamente ao crescimento ou inchaço das pré-existentes, etc. Tudo isso com-

² Sobre a reconstituição da memória histórica da indústria no Pará, ver recente levantamento de Mourão (1989). Para informações históricas concernentes à Amazônia clássica, ver Benchimol (1966).

plementado pelo delineamento de um conjunto bem definido de sub-regiões dinâmicas.

Em suma e na essência, da interação dinâmica dos dois movimentos antagônicos analisados, produziram-se, incessante e intermitentemente, metamorfoses de vulto na conformação econômico-espacial do entorno territorial regional, viabilizando, em última análise, o aproveitamento efetivo das potencialidades intrínsecas de crescimento econômico da Amazônia.

3 — Possíveis cursos prospectivos da expansão industrial na Amazônia

Os condutos virtuais de ampliação da atividade industrial regional podem assumir distintas modalidades.

A forma mais provável consiste na continuação da ampliação e diversificação da base de exportação tanto para o mercado nacional quanto para o externo.

Em vista disso, a eclosão de um novo ciclo de grandes projetos não constituirá evento insólito. Potencialidade de recursos naturais existe. Externalidades e experiência legadas pelas intervenções nacionais e/ou setoriais de vulto, com destaque para o ciclo dos grandes projetos idealizados na década de 70, no bojo do II PND, podem abrir caminho para diversificar as exportações, contemplando, inclusive, atividades agroindustriais e agropecuárias. A produção de gás natural e petróleo na sub-região de Jurua e Urucu, na Amazônia Ocidental, já é uma realidade — teve início, embora ainda de maneira incipiente, a partir de 1988. As potencialidades em energia hidrelétrica são substanciais, com realce para o megaprojeto de Belo Monte, em Altamira. O Projeto Calha Norte procura criar condições objetivas para a abertura econômica de toda uma vasta extensão territorial ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, a qual representa 12% do território nacional e 24% da Amazônia, abrangendo uma faixa de fronteira com 6.500km de extensão, o núcleo vazio interiorano e as zonas ribeirinhas adjacentes ao Solimões, Amazonas e demais rios (Costa, 1987a). A cogitada integração continental da região promoverá saídas, ao oeste (Perú) e ao norte (Venezuela), via projetos rodoviários, para o Pacífico e para o Mar das Antilhas respectivamente, abrindo mercados nos países limítrofes e intensificando o intercâmbio com a Ásia e os Estados Unidos. Toda uma acoplada gama de incentivos locais disponível assegura o prosseguimento, na Zona Franca de Manaus, da implantação de novas indústrias do tipo *footloose*³. E assim por diante.

³ “Uma indústria é do tipo *footloose* se a sua lucratividade no longo prazo é a mesma para qualquer localização (...) lucratividade é aqui definida como margem de lucro” (Klaassen, 1967, p.33).

A segunda maneira de expandir a indústria na Amazônia poder-se-á dar através da verticalização intra-regional das atividades eminentemente exportadoras. Isto é: através da proliferação de atividades decorrentes das virtuais concatenações técnico-econômicas *à la* Hirschman (1961), a jusante e a montante, diretas e indiretas.

O caso das indústrias “maquiadoras” da Zona Franca de Manaus é peculiar: tendem preponderantemente a provocar efeitos de difusão em cadeia retrospectivos. Daí a preocupação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em estabelecer, a partir de 1975, uma política de “índices mínimos de nacionalização dos produtos” — o que abriu espaço para beneficiar a produção nacional de bens intermediários — e, atualmente, em aprimorar a medida, incentivando empresas fornecedoras de componentes nacionais para se localizarem em Manaus (Lira, 1988). Resultado: nos últimos cinco anos, segundo a Gazeta Mercantil de 19.09.88, 80 empresas produtoras de bens intermediários já se instalaram na Zona Franca de Manaus.

A verticalização intra-regional integral de todo um segmento industrial é, todavia, quimérica. O que prevalece, em derradeira instância, é a eficiência econômica de cada região na produção especializada de parte dos componentes de um dado produto. Para isso concorrem de modo crucial: as especificidades da inserção das regiões no contexto da divisão espacial do trabalho; as inovações tecnológicas que facultam a segmentação geográfica do processo de produção, possibilitando a desagregação geográfica dos complexos produtivos em unidades autônomas; e as inovações nos meios de transporte e comunicações — além da cibernética —, que imprimem, a custos decrescentes, maior velocidade à circulação de mercadorias e informações, atenuando ou aniquilando a dependência em relação às distâncias (Costa, 1985; 1986; Henderson & Scott, 1984; Stoper, 1982).

A terceira via de crescimento industrial configurar-se-á pelo surgimento de atividades voltadas para o atendimento do mercado doméstico intra-regional.

Aumento continuado da renda *per capita* (via elasticidade-renda da demanda), elevação da densidade demográfica (via elasticidade-tamanho do mercado), incremento do emprego, distribuição proporcionalmente menos assimétrica da renda regional, crescimento relativo da população urbana, maior grau de integração entre as sub-regiões econômicas e conseqüente ligação dos centros populacionais mais importantes, tudo isso, em conjunto e interpenetradamente, induzirá à implantação espontânea e gradativa de todo um conjunto de “indústrias residenciais”, na medida em que começarem a se difundir os efeitos de encadeamento da demanda final *à la* Watkins (1963) e em que os limiares do tamanho econômico mínimo — imbricados nas economias de escala, peso relativamente grande das ubiqüidades e custos de transferência (Costa, 1975) —, para cada tipo de atividade, forem sendo alcançados. Quer dizer: o processo de valorização econômica da Amazônia, que anteriormente inviabilizou algumas das indústrias domésticas regionais existentes, pode, contraditoriamente, em função de seu próprio aprofundamento, liberar estímulos à reprodução de empreendimentos voltados para o mercado local.

4 – Possibilidades, limites e perspectivas do crescimento da atividade industrial na Amazônia

As potencialidades efetivas de médio e longo prazos da indústria na Amazônia são consideráveis, posto encontrar-se a economia regional ainda em pleno processo de formação e dispor de apreciável pletora, tanto real quanto virtual, de recursos naturais.

Há, porém, todo um elenco de parâmetros que podem condicionar o futuro da indústria amazônica: o atrelamento da economia do Norte ao desempenho da economia brasileira; a dinâmica da divisão inter-regional do trabalho; o curso das inovações tecnológicas e descobertas de fontes alternativas de recursos naturais que afetem o comportamento dos mercados internacionais dos principais produtos componentes da pauta regional de exportações; a dinâmica e a forma da organização espacial em processo; o escopo dos instrumentos e políticas de fomento porventura adotados, objetivando o desenvolvimento regional e/ou industrial, quer nacional ou regionalmente; a importância de fatores restritivos endógenos à penetração em escala ampliada do capital produtivo; etc.

A retomada do processo de crescimento econômico nacional é axiomáticamente crucial para os destinos da indústria amazônica, haja vista o nível de inter-complementariedade entre esta e aquele. Não obstante a atual fase de estagflação já vir perdurando por uma década, a experiência histórica, caracterizada por alternadas fases de expansão e recessão, e as potencialidades intrínsecas do desenvolvimento capitalista no Brasil instigam que se ouse preconizar a inevitabilidade de ingresso em novo período de recuperação e acumulação auto-sustentada, uma vez contornados os imbróglis econômicos – endógenos e exógenos – e políticos que agrilhoam o País.

A divisão espacial do trabalho estruturada pela industrialização brasileira definiu, paulatinamente, padrões regionais de especialização da produção. A industrialização prévia do Sudeste modificou as condições que as regiões retardatárias deveriam enfrentar, posto que, à medida que as oportunidades foram aproveitadas por essa região, se industrializar ficou cada vez mais difícil para as demais. Daí cada qual tomar caminhos diferentes rumo ao crescimento industrial. O processo de crescimento industrial da Amazônia caracterizou-se, *et pour cause*, pela via da complementariedade econômica inter-regional, dadas as vantagens comparativas e absolutas. Isso posto, a tendência prospectiva com chance de prevalecer é a do prosseguimento da concentração de recursos e esforços na vocação exportadora da Amazônia, haja vista favorecê-la os custos de oportunidade (Costa, 1989).

O progresso técnico ora em gestação provavelmente engendrará mudanças de vulto na estrutura capitalista e na divisão internacional do trabalho vigentes. A nível nacional, a região mais industrializada, dotada do sofisticado e custoso entorno requerido pelas atividades produtivas de maior dinamismo e alta tecnologia, deverá continuar a desfrutar de vantagens locais. No âmbito dos países mais avançados, algumas das inovações tecnológicas em andamento – novos materiais, plásticos, química fina, por exemplo – poderão acarretar redução nas necessidades de insu-

mos energéticos e mínero-metalúrgicos e sucateamento das subitamente ineficientes indústrias para atendimento do consumo residual, o que, ao fim, segundo análise da ELETRONORTE (1988), deverá concorrer para o incremento da demanda mundial desses produtos. A Amazônia, pelo menos transitoriamente, poderá disso beneficiar-se, tendendo, pois, a, paradoxalmente, reforçar sua especialização no suprimento daqueles insumos básicos (Costa, 1987), não obstante o *trade off* tecnologia versus localização (Harvey, 1982).

Um maior grau de complexidade do espaço econômico funcional do Norte é condição *sine qua non* para o alargamento e a consolidação do ainda incipiente mercado interno amazônico e para o florescimento de todo um conjunto de indústrias voltadas para atendê-lo, quer de bens de consumo, quer de insumos. Nesse sentido, já se pode conjecturar sobre o possível contorno do futuro perfil que a integração econômica intra-regional tende a assumir, com respaldo no desempenho econômico de quatro grandes sub-regiões dinâmicas em formação (ELETRONORTE, 1988). Embora dotadas de vocações econômicas especificamente distintas, essas sub-regiões — a área de abrangência da concentração industrial de montagem da Zona Franca de Manaus; o eixo agropecuário do sul do Pará, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso; a porção territorial formada pelo triângulo Belém—Carajás—São Luís, onde se localizaram vários empreendimentos industriais de grande porte e se implantou uma apreciável e diversificada base infra-estrutural; e a área de exploração petrolífera de Urucu-Juruá, na Bacia do rio Solimões —, além de apresentarem potencialidade endógena para crescer e gradativamente ampliar suas áreas geográficas de influência, tenderão a propagar — entre si — liames de interação econômica, atenuando, destarte, a condição de enclave que caracteriza as atividades de exportação extra-regional. Santarém e sua área de influência, no Baixo Amazonas, poderão desfrutar de interconexões tanto com Manaus quanto com a sub-região Belém-Carajás-São Luís. Rondônia, com o eixo Manaus—Urucu.

O conjunto de políticas setoriais e regionais porventura adotado terá a faculdade de influir de forma decisiva no estilo e no nível de crescimento da capacidade produtiva industrial de uma dada região. Arrolar todo um elenco de medidas de desenvolvimento industrial extrapola, porém, os limites definidos para esta análise. Sem embargo, certas observações sobre o caso específico da Amazônia merecem atenção, posto a questão da evolução industrial regional não se esgotar, como habitualmente, no mero aproveitamento *tout court* de recursos naturais. Para que a utilização desses possa, de fato, “alavancar” o desenvolvimento industrial amazônico, é fundamental “(. . .) preservar os desígnios faústicos dos megaprojetos, transformando-os em verdadeiros projetos de desenvolvimento regional integrado” por um lado e, por outro, “(. . .) a concepção de um programa que objetive a integração entre os grandes projetos e destes com os demais segmentos produtivos da economia regional” (Costa, 1988). Ademais, não é ocioso lembrar que a questão do desenvolvimento regional é, em última instância, um problema nacional. Logo, o caso da indústria regional não pode ser tratado, como sói ocorrer, de forma isolada — ou, como adverte Cano (1985), sob visão compartimentada —, desconsiderando olímpicamente a natureza das relações de interdependência entre regiões, o caráter determi-

nante da divisão espacial do trabalho e a definição de uma política nacional de desenvolvimento industrial que contemple o regional.

Ao colimar, sem rebuços, condenar a Amazônia a permanecer irremittentemente enredada no atraso, o hodierno movimento internacional preservacionista — ou “amazonóia” —, ao arpejo dos intercses nacionais e regionais e à base de emocionalismo, modismo, promoção pessoal, chantagem internacional, gigolotagem de minorias e quejandos, pode bloquear o crescimento industrial do Norte. Vide recentes interferências governamentais estrangeiras, pressões intimidatórias de restrições financeiras por parte de órgãos internacionais de fomento, ameaças de boicote às importações oriundas da Amazônia, etc. Sem embargo de tudo isso, presume-se, sob o amparo dos pressupostos a seguir arrolados, que o processo de crescimento econômico do Norte não deverá sofrer solução de continuidade: a preservação ambiental é meio de garantir a sobrevivência humana, não um fim em si mesma; a economia brasileira não pode dar-se ao luxo de abdicar aos recursos naturais disponíveis na Amazônia; as evidências históricas, aqui e alhures, revelam que a ocupação e/ou integração econômica de uma região periférica vazia, sob a lógica do desenvolvimento industrial, implica necessariamente profundas alterações nas condições físico-ambientais, sócio-espaciais e no aniquilamento do arcaico (Costa, 1989a); a incorporação do espaço produtivo amazônico ao brasileiro, pautada no conhecimento científico e na tempestiva adoção de medidas de efetiva proteção ao meio ambiente, é factível — e aconselhável —, corrigindo erros passados ou evitando reproduzir equívocos cometidos por países que, ironicamente, hoje se arvoram em defensores da natureza.

As perspectivas de ampliação e aprofundamento do processo de evolução industrial na Amazônia estão, pois, confinadas aos limites de factibilidade impostos tanto pelas possibilidades potenciais quanto pelos parâmetros condicionantes aludidos.

5 — Conclusões

A análise desenvolvida permite, à guisa de arremate, extrair as seguintes ilações:

- o comportamento do setor industrial foi o principal responsável pelo desempenho recente relativamente dinâmico da economia amazônica;
- o crescimento da indústria regional tem sido exogenamente induzido pelo processo nacional de industrialização;
- em termos prospectivos, são amplas as possibilidades da expansão industrial na Amazônia. A concretização disso poder-se-á dar em função tanto do crescimento e da diversificação da base de exportação quanto do aprofundamento regional da integração vertical, bem como da ampliação do segmento voltado para o mercado local; e,
- finalmente, a região amazônica dispõe de toda uma base de pré-requisitos básicos favoráveis para experimentar um prolongado período de intenso crescimento industrial. As condições necessárias estão assentadas. O busflis será concretizar as condições suficientes para lograr o desiderato colimado.

Bibliografia

- BENCHIMOL, S. (1966). *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia*. Manaus, Governo do Estado. v.2.
- CANO, W. (1985). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global.
- COSTA, J. M. da (1975). *Planificación regional y diversificación de la economía*. Santiago, CEPAL/ILPES. (Documento CPRD, 34).
- (1984). Efeitos de retrocesso e propulsão: o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., São Paulo. Anais... São Paulo, ANPEC.
- (1985). Technology and the relationships of the Brazilian and Amazon growth models. In: MISRA, R. P. et alii. *Regional development in Brazil: the frontier and its people*. Nagoya, United Nations/CRD. p.68-79.
- (1986). Processos especiais de acumulação de capital no capitalismo tardio. *Pensamiento Ibero-Americano: Revista de Economía Política*, Madrid, (3):39-68, jul./dic.
- (1987). A economia paraense: transformações recentes e cenários futuros. *Diário do Pará*, Belém, 29 ago., cad. especial.
- (1987a). Calha Norte: afirmação da soberania nacional. *Diário do Pará*, Belém, 29 mar.
- (1988). Alternativas para a economia paraense: suplício de Sísifo ou descoberta do fio de Ariadne? *Cadernos ADUEPA*, (3):21-7, ago./set.
- (1989a). A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: diagnóstico regional – Região Norte. In: MELO, F. Homem de et alii. *A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: um diagnóstico macro com cortes regionais*. Brasília, PNUD/IPEA/IPLAN. p.331-423.
- (1989a). Kararaô, engerência externa e desenvolvimento da Amazônia. *Amazônia Hoje*, 1(3):50-1, mar.
- ELETRONORTE (1988). *Cenários sócio econômicos e as necessidades de energia elétrica para a Amazônia (1988-2010)*. Brasília.
- GAZETA MERCANTIL (19.09.88). São Paulo.
- HARVEY, D. (1982). *The limits to capital*. Chicago, The University of Chicago.
- HENDERSON, J. & SCOTT, A. (1984). *The American semiconductors industry and the new international division of labor*. Hong Kong, Center for Urban Studies and Planning.
- HIRSCHMAN, A. O. (1961). *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

- KLAASSEN, L. H. (1967). **Methods of selecting industries for depressed areas.** Paris, OECD.
- LIRA, S. R. B. de (1988). **A Zona Franca de Manaus e a transformação industrial do Estado do Amazonas.** Belém, UFPa. (Dissertação de Mestrado).
- MOURÃO, L. (1989). **Memória da indústria paraense.** Belém, FIEPA.
- STOPER, M. (1982). **The spatial division of labor: technology, the labor process and the location of industries.** Berkeley, University of California. (Tese de PhD).
- WATKINS, M. H. (1963). **A staple theory of economic growth.** *The Canadian Journal of Economic and Political Science*, 29(2):141-58, may.

Abstract

This article is concerned with the Amazon industrial activity growth.

After analysing the evolution of industrial regional sector through the last two decades, as a response to the spatial impacts of the Brazilian industrialization process, as well as to the set of regional economic policy instruments adopted, we have tried to sketch an outline for the main future paths open to the industrial regional expansion.

By the same token, we also identified the possible positive factors, *vis-à-vis* the limitations imposed by the major conditionalities to the maintenance of Amazon industrial growth.